STJ00105958

Claudio Carneiro

Curso de Direito TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

7ª edição

2018

saraiva jur

STJ00105958

ISBN 978-85-472-2813-2

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Carneiro, Claudio

Curso de direito tributário e financeiro /Claudio Carneiro. – 7. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil I. Título.

17-1616 CDU 34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Know-How Editorial

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Corprint

Data de fechamento da edição: 21-2-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604742 CAE 624027

1123180

STJ00105958

Sumário

Prefácio 29
Apresentação 31
Nota à 7ª Edição 33
Nota à 6ª Edição 35
Nota à 5ª Edição 37
Nota à 4ª Edição 39
Nota à 3ª Edição 41
Nota à 2ª Edição 43

Capítulo 1 Direito Financeiro

1.1 Principais Aspectos sobre Finanças Públicas 45
1.1.1 A Ciência das Finanças e o Direito Financeiro 47
1.1.2 Autonomia e Codificação do Direito Financeiro 50
1.1.3 Finalidades da Atividade Financeira 52
1.1.4 Aspectos Constitucionais e Infraconstitucionais do Direito Financeiro 54
1.2 Principais Aspectos sobre a Receita Pública 57
1.2.1 Distinção entre Ingresso e Receita 57
1.2.2 Classificação das Receitas 58
1.2.2.1 Receitas Ordinárias e Extraordinárias 58
1.2.2.2 Receitas Originárias e Derivadas 58
1.2.2.3 Receita Corrente e de Capital 59
1.2.3 Estágios da Receita Pública 59
1.2.4 Renúncia de Receita 60
1.3 Principais Aspectos sobre a Despesa Pública 61

STJ00105958

Sumário

Prefácio 29
Apresentação 31
Nota à 7ª Edição 33
Nota à 6ª Edição 35
Nota à 5ª Edição 37
Nota à 4ª Edição 39
Nota à 3ª Edição 41
Nota à 2ª Edição 43

Capítulo 1 Direito Financeiro 45

1.1 Principais Aspectos sobre Finanças Públicas 45
1.1.1 A Ciência das Finanças e o Direito Financeiro 47
1.1.2 Autonomia e Codificação do Direito Financeiro 50
1.1.3 Finalidades da Atividade Financeira 52
1.1.4 Aspectos Constitucionais e Infraconstitucionais do Direito Financeiro 54
1.2 Principais Aspectos sobre a Receita Pública 57
1.2.1 Distinção entre Ingresso e Receita 57
1.2.2 Classificação das Receitas 58
1.2.2.1 Receitas Ordinárias e Extraordinárias 58
1.2.2.2 Receitas Originárias e Derivadas 58
1.2.2.3 Receita Corrente e de Capital 59
1.2.3 Estágios da Receita Pública 59
1.2.4 Renúncia de Receita 60
1.3 Principais Aspectos sobre a Despesa Pública 61

1.3.1 Classificação das Despesas Públicas 61
1.3.1.1 Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias 62
1.3.1.2 Despesas Ordinárias e Extraordinárias 62
1.3.1.3 Despesas Correntes e Despesas de Capital 63
1.3.1.4 Despesas Produtivas, Reprodutivas e Improdutivas 63
1.3.2 Processamento das Despesas Públicas 63
1.3.3 Precatórios Judiciais 64
1.3.3.1 Sentença e Fazenda Pública 67
1.3.3.2 Exceção ao Sistema do Precatório 69
1.3.3.3 Renúncia ao Valor Excedente 73
1.3.3.4 Noções sobre Repetição de Indébito e a Extinção da Tese dos 5+5 75
1.3.3.5. Repetição de Indébito de Tributo Indireto 78
1.4 Principais Aspectos sobre o Orçamento Público 81
1.4.1 Plano Plurianual 82
1.4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias 83
1.4.3 Lei Orçamentária Anual 84
1.4.4 Evolução Constitucional 87
1.4.5 Tipos de Orçamento 89
1.4.6 Superávit e Déficit Financeiro 91
1.4.7 Conceito de Orçamento e sua Natureza Jurídica 91
1.4.8 Controle de Constitucionalidade da Lei Orçamentária 93
1.4.9 Elementos do Orçamento 105
1.4.10 Princípios Orçamentários 105
1.4.10.1 Anualidade Orçamentária 105
1.4.10.2 Unidade 106
1.4.10.3 Universalidade 106
1.4.10.4 Legalidade 106
1.4.10.5 Publicidade Orçamentária 107
1.4.10.6 Proibição de Estorno 107
1.4.10.7 Equilíbrio Orçamentário-Financeiro 107
1.4.10.8 Clareza ou Transparência 108
1.4.10.9 Exclusividade 109
1.4.10.10 Não afetação 110
1.4.10.11 Racionalidade 111
1.4.10.12 Continuidade 112

1.4.10.13 Aderência 112
1.4.10.14 Especificação ou Discriminação ou Especialização 112
1.4.10.15 Exatidão 113
1.4.10.16 Programação 113
1.4.10.17 Orçamento Bruto 113
1.4.11 Ciclo Orçamentário 113
1.4.12 Controle Orçamentário – Tribunal de Contas e Vedações Constitucionais 114
1.4.12.1 Origem dos Tribunais de Contas 114
1.4.12.2 Controle Orçamentário e Fiscalização 115
1.4.12.3 Atribuições dos Tribunais de Contas 116
1.4.12.4 Efeitos das Decisões dos Tribunais de Contas 118
1.4.12.5 Vedações 120
1.4.12.6 Operações de Crédito por Antecipação de Receita 122
1.4.12.7 Garantia e Contragarantia 122
1.4.13 Créditos Orçamentários Adicionais 123
1.5 Principais Aspectos sobre o Crédito Público 126
1.5.1 Conceito e Natureza Jurídica 126
1.5.2 A Dívida Pública Brasileira e Títulos da Dívida Pública 127
1.5.3 Classificação 129
1.5.3.1 Compulsório ou Voluntário 130
1.5.3.2 Perpétuo ou Temporário 131
1.5.3.3 Flutuante e Fundado 132
1.6 Responsabilidade Fiscal 132
1.6.1 Introdução 132
1.6.2 Objetivos 133
1.6.3 Pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal 133
1.6.4 Destinatários da LRF 135
1.6.5 Limitação de Despesas 136
A. Com pessoal 136
B. Restrição de final de mandato 137
C. Despesas de caráter continuado 137
1.6.6 Reserva de Contingência 138
1.6.7 Despesa Adequada, Compatível e Irrelevante 139
1.6.8 Sanções em Caso de Desrespeito à LRF 139

1.6.9 Restos a Pagar 140
1.6.10 Relatório Resumido da Execução Orçamentária 141
1.6.11 Operações de Crédito 141
1.6.12 Limitação de Empenho 141
1.7 Repartição Tributária de Receitas 142
1.7.1 Classificação das Repartições Tributárias Constitucionais 144
1.7.1.1 Transferências Diretas 144
I – Da União para os Estados e o Distrito Federal 144
II – Da União para os Municípios 146
III – Dos Estados para os Municípios 147
1.7.1.2 Transferências Indiretas 148

Capítulo 2 Fontes do Direito Tributário 153

2.1 Introdução 153
2.2 Conceito de Direito Tributário 154
2.3 Fontes do Direito Tributário 154
2.3.1 Distinção entre Lei e Legislação Tributária 155
2.3.2 Hierarquia entre Lei Federal, Estadual e Municipal 157
2.3.3 Norma Tributária em Sentido Estrito e em Sentido Amplo 157
2.3.4 Fontes Formais Principais 157
I – Constituição da República 158
II – Emendas Constitucionais 158
III – Lei Complementar 159
IV – Lei Ordinária 175
V – Medida Provisória 178
VI – Lei Delegada 186
VII – Decreto Legislativo 186
VIII – Resoluções 187
IX – Tratados Internacionais 189
X – Convênios 197
XI – Doutrina e jurisprudência 203
XII – Decretos 205
2.3.5 Fontes Formais Secundárias 206

Capítulo 3 Hermenêutica do Direito Tributário 211

3.1 Legislação Tributária 211

3.2 Estrutura da Norma Tributária 212
3.3 Amplitude dos Institutos, Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Norma 213
3.4 Vigência da Legislação Tributária 216
3.4.1 Vigência da Lei no Tempo 216
3.4.2 Vigência da Lei no Espaço 220
3.4.3 Vigência da Lei Brasileira no Exterior 221
3.5 Tributação Internacional 222
3.6 Aplicação da Legislação Tributária 222
3.7 Interpretação da Legislação Tributária 231
3.7.1 Diferença entre Interpretação, Integração e Correção 232
3.7.2 Métodos de Interpretação 232
3.7.3 Controvérsia entre a Definição e os Efeitos dos Institutos – arts. 109 e 110 do CTN 239
3.8 Integração da Legislação Tributária 246

Capítulo 4 Tributos em Espécie 253

4.1 Noções Gerais 253
4.2 Comentários ao Art. 3º do CTN 253
4.3 Classificação dos Tributos 259
4.3.1 Vinculado e não Vinculado 259
4.3.2 Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais 260
4.3.3 Federais, Estaduais e Municipais 262
4.4 Espécies de Tributos 262
4.4.1 Imposto 265
4.4.1.1 Inconstitucionalidade por Arrastamento 266
4.4.1.2 Classificação dos Impostos 268
I – Diretos ou indiretos 269
II – Pessoal ou real 271
III – Progressivos, regressivos, fixos e proporcionais 273
IV – Ordinário e extraordinário 274
V – Principal e adicional 275
VI – Monofásico e plurifásico 275
VII – Não cumulativo e cumulativo 275
VIII – Quanto à base econômica de incidência 276
4.4.2 Taxas 276

4.4.2.1 Noções Gerais 276
4.4.2.2 Competência para a Instituição das Taxas 277
4.4.2.3 Distinção quanto à Base de Cálculo dos Impostos e Taxas. . . 277
4.4.2.4 Modalidade de Lançamento das Taxas. 279
4.4.2.5 Finalidade das Taxas e a Justiça Retributiva 279
4.4.2.6 Fato Gerador das Taxas 280
I – Em Relação ao Serviço Público 281
A. A Caracterização do Serviço Público Essencial 281
B. Serviço Específico e Divisível 282
C. Efetivo ou Potencial 283
II – Poder de Polícia 284
A. Custas e Emolumentos 295
B. Serventias Extrajudiciais e Atividade Notarial 296
C. Coleta de Lixo 298
D. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental 298
E. Telefonia e TV a Cabo 299
F. Selo de Controle de IPI. 300
G. Taxas de Matrículas em Universidades Públicas 301
H. Serviços dos Correios 302
I. Segurança Pública 304
J. Iluminação Pública. 304
K. Pavimentação Asfáltica 304
L. Taxa de Conservação de Vias Públicas 304
M. Taxa de Fiscalização de Anúncios e Taxa de Controle de Serviços Públicos Delegados 305
N. Taxa de Utilização de Subsolo para Transporte Ferroviário 305
4.4.3 Contribuição de Melhoria. 306
4.4.3.1 Origem Histórica 306
4.4.3.2 Competência para a Instituição da Contribuição de Melhoria 306
4.4.3.3 Sujeito Passivo 307
4.4.3.4 Fato Gerador 311
4.4.3.5 Base de Cálculo e Limites 313
4.4.3.6 Requisitos Mínimos 315
4.4.3.7 Finalidade da Contribuição de Melhoria e a Justiça Retributiva. 318

4.4.3.8 Contribuição de Melhoria e Reserva Legal 318
4.4.3.9 Contribuição de Melhoria: Imunidade e Isenção 319
4.4.4 Empréstimos Compulsórios 319
4.4.4.1 Noções Gerais 319
4.4.4.2 Empréstimo Compulsório e Reserva de Lei Complementar . 320
4.4.4.3 Causas de Legitimação *Mediata* e *Imediata* do Empréstimo Compulsório e Fato Gerador 321
4.4.4.4 Sujeito Passivo 324
4.4.4.5 Discussão quanto à Natureza Jurídica 324
4.4.4.6 Âmbito de Incidência – Territorialidade 326
4.4.4.7 Restituição do Empréstimo Compulsório 326
4.4.5 Contribuições Especiais 327
4.4.5.1 Técnicas de Validação das Contribuições Especiais 331
4.4.5.2 Parafiscalidade e Extrafiscalidade nas Contribuições 331
4.4.5.3 Finalidades das Contribuições 333
4.4.5.4 A Referibilidade das Contribuições 333
4.4.5.5 O Fato Gerador das Contribuições 334
4.4.5.6 Competência para Instituição das Contribuições 335
4.4.5.7 Competência dos Estados para Instituir Contribuições Sociais 336
4.4.5.8 Espécies de Contribuições 336
I – Contribuições para as Categorias Profissionais ou Econômicas (Corporativas) 337
II – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico 341
III – Contribuição de Iluminação Pública – art. 149-A da CRFB 343
IV – Contribuições Sociais (em sentido estrito) 345

Capítulo 5 Sistema Tributário Nacional 361

5.1 Sistema Tributário Nacional 361
5.2 Evolução Constitucional 366
5.3 Globalização 371
5.4 Reforma Tributária 372
5.5 Direitos Humanos e Tributação 375

Capítulo 6 Competência Tributária 377

6.1 Conceito 377
6.2 O Exercício da Competência Tributária – Faculdade ou Dever 378
6.3 A Expressão Competência Legislativa Plena 380

6.4 Repartição de Receita e Competência 381
6.5 Competência Positiva e Competência Negativa 384
6.6 Competência e Emenda Constitucional 385
6.7 Lei Complementar – Conflito de Competência e Competência Concorrente 386
6.8 Reserva de Competência e Benefício Fiscal 388
6.9 Competência e Capacidade Tributária 388
6.10 Princípios Inerentes à Competência Tributária 392
6.11 Classificação da Competência Tributária 393

Capítulo 7 Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar 397

7.1 Introdução 397
7.2 Limites ou Limitações 398
7.3 Natureza Jurídica 398
7.4 Imunidades e Princípios 399
7.5 Aspectos da não Incidência Tributária 402
7.5.1 Isenção 403
7.5.2 Alíquota Zero 403
7.5.3 Imunidades 404
7.5.4 Diferimento 405
7.6 Principais Aspectos sobre as Imunidades 406
7.6.1 Histórico 407
7.6.2 Classificação das Imunidades 408
7.6.2.1 Subjetivas e Objetivas 409
7.6.2.2 Expressas e Implícitas 409
7.6.2.3 Incondicionais e Condicionais 409
7.6.2.4 Genéricas e Específicas 410
7.6.2.5 Imunidade e Isenção 411
7.6.3 Análise das Imunidades Genéricas 412
7.6.3.1 Imunidade Recíproca (CF, art. 150, VI, *a*) 412
7.6.3.1.1 Alcance Tributário da Imunidade Recíproca 413
7.6.3.1.2 Posição do Ente Federativo como Contribuinte de Fato e de Direito 415
7.6.3.1.3 Imunidade e Locação 416
7.6.3.1.4 Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista 417

I – IPTU: imunidade tributária recíproca e cessão de uso de bem público 421

II – Imunidade tributária recíproca: Sociedade de Economia Mista e serviços de saúde 421

III – Imunidade tributária recíproca reconhecida à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos alcança o IPTU incidente sobre imóveis de sua propriedade, bem assim os por ela utilizados 423

IV – Município não pode cobrar IPTU de Estado estrangeiro, embora possa cobrar taxa de coleta domiciliar de lixo 424

7.6.3.1.5 Serviços Notariais 425

7.6.3.1.6 Taxa Judiciária e Custas Processuais 426

7.6.3.1.7 Outros Julgados Importantes sobre o Tema 427

7.6.3.2 Imunidade dos Templos de Qualquer Culto 429

7.6.3.3 Imunidade dos Partidos Políticos, Entidades Sindicais dos Trabalhadores, Instituições de Educação e Assistência Social . 438

7.6.3.3.1 Imunidade Tributária e Atividades de Lazer 443

7.6.3.3.2 Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e Gratuidade 443

7.6.3.3.3 Imunidade Tributária e Entidade Beneficente 444

7.6.3.3.4 Imunidade das Entidades Fechadas de Previdência Social Privada 445

7.6.3.4 Imunidade dos Livros, Jornais e Periódicos e o Papel Destinado à sua Impressão 446

7.6.3.5 Imunidade dos Fonogramas e Videofonogramas Musicais .. 450

7.6.4 Princípios Constitucionais Tributários 451

7.6.4.1 Princípios Relacionados ao Valor Segurança Jurídica 451

a) Princípio da Legalidade Tributária 451

a.1) Princípio da Legalidade, da Tipicidade, da Reserva Legal, do Primado da Lei e da Superlegalidade 453

a.2) Legalidade e Medida Provisória 455

a.3) Legalidade: Obrigação Principal e Acessória 456

a.4) Exceções à Exigência de Lei Formal 457

a.4.1) Art. 153, § 1º, da CRFB 457

a.4.2) Art. 177, § 4º, I, *b*, da CRFB 457

a.4.3) Art. 97, § 2º, do CTN 458

a.4.4) Art. 155, § 2º, XII, *g*, da CRFB quanto ao Convênio do ICMS 458

a.4.5) Art. 155, § 4º, IV, *c*, da CRFB 458
a.5) Legalidade e Prazo para Pagamento de Tributo 459
b) Princípio da Anterioridade Tributária 459
b.1) Conceito e Características 459
b.2) Distinção entre Anterioridade Tributária × Anualidade Tributária × Anualidade Orçamentária 462
c) Princípio da Irretroatividade Tributária 463
c.1) Irretroatividade e Imposto de Renda – Análise da Súmula 584 do STF 465
c.2) Irretroatividade e Nova Interpretação da Lei 468
7.6.4.2 Princípios Relacionados ao Valor Justiça da Tributação 468
a) Princípio da Isonomia ou Igualdade Tributária 468
a.1) Destinatário do Princípio da Isonomia 470
a.1.1) Proibição de Privilégios Odiosos, do Latim *Privilegium Odiosum* 470
a.1.2) Proibição de Discriminação Fiscal 471
a.2) Privilégios Odiosos e a Inconstitucionalidade Imperfeita 472
a.3) O Princípio do *Non Olet* e a Isonomia 474
b) Capacidade Contributiva 474
b.1) Capacidade Econômica 475
b.2) Natureza Jurídica da Capacidade Contributiva 475
b.3) Comentários sobre o Art. 145 do CTN 476
b.4) Subprincípios da Capacidade Contributiva 479
b.4.1) Progressividade 480
b.4.2) Proporcionalidade 483
b.4.3) Seletividade 483
b.4.4) Personalização 483
b.4.5) Universalização 484
c) Princípio do não Confisco 484
c.1) Confronto entre Confisco e Multa 486
d) Dignidade da Pessoa Humana 486
7.6.4.3 Princípios Relacionados ao Valor Liberdade Jurídica 489
a) Princípio da não Limitação ao Tráfego 489
b) Princípio da Vedação da Diferença Tributária em Razão da Procedência ou Destino 489
c) Princípio da Transparência Fiscal 491

7.6.4.4 Outros Princípios Tributários 491
a) Não Cumulatividade 491
b) Não Intervenção nos Tributos dos Estados e dos Municípios 494
c) Generalidade e Universalidade 494
d) Não Tributação mais Onerosa sobre a Renda 495
e) Autonomia dos Entes Federativos 495
f) Neutralidade Tributária 495
7.6.4.5 Princípios Tributários Implícitos 496

Capítulo 8 Obrigação Tributária 497
8.1 Breves Considerações 497
8.2 Fato Gerador 498
8.2.1 Nomenclatura 499
8.2.2 Classificação do Fato Gerador 503
8.2.2.1 Simples e Complexo 503
8.2.2.2 Instantâneo e Complexivo 504
8.2.2.3 Condicional e Incondicional 505
8.2.2.4 Causal e Formal 506
8.2.2.5 Típico e Complementar 507
8.2.2.6 Genérico e Específico 507
8.2.3 Elementos do Fato Gerador Integral 507
8.3 Relação Jurídica Tributária 509
8.3.1 Natureza Jurídica da Relação Jurídico-Tributária 510
8.4 Tributo e Penalidade 511
8.5 Obrigação Tributária 513
8.5.1 Aspectos da Obrigação no Direito Civil e no Direito Tributário 513
8.5.2 Espécies 516
8.5.2.1 Obrigação Principal 516
8.5.2.2 Obrigação Acessória 517
8.5.3 Diferença entre Obrigação e Responsabilidade 518
8.6 Distinção entre Elisão, Evasão e Elusão Fiscal 519
8.6.1 Elisão Fiscal 519
8.6.2 Evasão Fiscal 519
8.6.3 Elusão Fiscal 519
8.6.3.1 Abuso de Forma × Simulação × Abuso do Direito 520
8.6.3.2 Norma Antielisiva 521

8.7 Solidariedade Tributária 523
8.7.1 Benefício de Ordem 525
8.7.2 Efeitos da Solidariedade 525
8.8 Capacidade Tributária Passiva 526
8.9 Domicílio Tributário 528

Capítulo 9 Responsabilidade Tributária 533
9.1 Persecução Tributária 533
9.2 Finalidades da Responsabilidade Tributária 534
9.3 Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária 535
9.3.1 Sujeito Ativo 535
9.3.1.1 Sujeito Ativo Direto 536
9.3.1.2 Sujeito Ativo Indireto 536
9.3.2 Sujeito Passivo 537
9.4 Responsabilidade Tributária 540
9.4.1 Responsabilidade por Substituição 541
9.4.1.1 Responsabilidade por Substituição: Legitimidade, Imunidade e Isenção 542
9.4.1.2 Modalidades de Substituição 543
A. Substituição Tributária para Trás 543
B. Substituição Tributária para Frente 547
b.1) Substituição para Frente x Pagamento Antecipado 549
b.2) Análise da Constitucionalidade da Substituição para Frente 549
b.3) Repetição de Indébito na Substituição Tributária para Frente 550
b.4) Repetição de Indébito de Tributo Indireto 554
b.5) Retenção na Fonte 554
b.6) Súmulas sobre o Tema 557
9.4.2 Responsabilidade por Transferência 557
9.4.2.1 Distinção entre Substituição e Transferência 558
9.4.2.2 Modalidades de Responsabilidade por Transferência 559
A. Responsabilidade por Imputação Legal ou de Terceiros 559
a.1) Análise do Art. 134 do CTN 560
a.2) Impossibilidade de Exigência do Cumprimento da Obrigação Tributária Principal por Parte do Contribuinte 565
a.3) Vínculo entre o Comportamento do Responsável e o Fato Gerador 566

a.4) Responsabilidade do Sócio que se Retirou da Sociedade 567
a.5) Análise do Art. 135 do CTN 569
a.6) Responsabilidade Pessoal: Objetiva × Subjetiva 569
a.7) Aspectos do Direito Empresarial 571
a.8) Natureza Jurídica da Responsabilidade do Art. 135 do CTN 571
a.9) Obrigatoriedade do Nome do Responsável na CDA 573
a.10) Comentários à Expressão "Infração à Lei" 577
a.11) Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada – EIRELI 582
a.12) Resumo 583
I – Da sociedade 583
II – Do sócio-gerente, diretor ou administrador ou equivalente 583
III – Dos demais sócios que não exercem a administração da sociedade 587
B. Responsabilidade por Infração 592
b.1) Análise do Art. 136 do CTN 593
b.2) Análise do Art. 137 do CTN 594
b.3) Análise do Art. 138 do CTN 596
b.3.1) Denúncia Espontânea 596
b.3.2) Denúncia Espontânea e Obrigação Acessória 596
b.3.3) Denúncia Espontânea e Parcelamento 597
b.3.4) Denúncia Espontânea e Lançamento por Homologação 599
C. Responsabilidade por Sucessão 600
c.1) Sucessão Genérica e Específica 601
c.2) Classificação 601
c.2.1) *Inter Vivos* 602
c.2.1.1) Bens Imóveis 602
c.2.1.2) De Bens Móveis 604
c.2.2) Sucessão *Mortis Causa* 604
c.2.3) Sucessão Empresarial 606
c.2.3.1) Análise do Art. 132 do CTN 606
I – Fusão 607
II – Incorporação 607
III – Transformação 607
IV – Cisão 607

c.2.3.2) Análise do Art. 133 do CTN 609
I – Se o adquirente não explora a mesma atividade do alienante 610
II – Se o adquirente explora a mesma atividade do alienante 611
c.2.3.3) Alterações da Lei Complementar n. 118/2005 613
c.2.3.4) A Aplicação das Multas no Caso da Sucessão 615
c.2.3.5) Multa "Punitiva", Isolada ou de Ofício 615
c.2.3.6) Multa Moratória 616
c.2.3.7) Juros de Mora 617
9.5 Súmulas Importantes do STJ 618

Capítulo 10 Crédito Tributário 621
10.1 Teoria Dualista e Monista 621
10.2 Lançamento 622
10.2.1 Conceito 622
10.2.2 Competência para Efetuar o Lançamento 625
10.2.3 Natureza Jurídica (Teoria Declarativista e Constitutivista) e Legislação Aplicável ao Lançamento 627
10.2.4 Características e Funções do Lançamento 629
10.2.5 Lançamento e Utilização de Câmbio 630
10.2.6 A Revisão do Lançamento e Princípios Inerentes 630
I – Princípio da Inalterabilidade 631
II – Princípio da Irrevisibilidade 634
III – Princípio da Irretroatividade 636
10.2.7 Efeitos do Lançamento 638
10.2.8 Modalidades de Lançamento 639
A. Lançamento Direto ou de Ofício 639
B. Lançamento por Declaração ou Misto 642
C. Lançamento por Homologação 645
D. Lançamento por Arbitramento 649
10.3 Crédito Tributário 651
10.3.1 Conceito 651
10.3.2 Espécies de Créditos 652
10.4 Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário 655

10.4.1 Introdução 655
10.4.2 Efeitos da Suspensão da Exigibilidade 656
10.4.3 Alcance da Expressão "Suspensão da Exigibilidade do Crédito" .. 657
10.4.4 Possibilidade de Suspensão antes do Lançamento 657
10.4.5 Taxatividade do Art. 151 do CTN 660
10.4.6 Modalidades 661
10.4.6.1 Moratória 661
10.4.6.1.1 Espécies de Moratória 661
10.4.6.1.2 Moratória e Direito Adquirido 664
10.4.6.1.3 Requisitos e Condições 665
10.4.6.1.4 Alcance da Moratória 666
10.4.6.1.5 Moratória *x* Parcelamento 667
10.4.6.2 Depósito do Montante Integral 668
10.4.6.2.1 Depósito e Conversão em Renda 671
10.4.6.2.2 Diferença entre Depósito do Montante Integral e Consignação em Pagamento 674
10.4.6.2.3 Depósito do Montante Integral e Ação Anulatória de Débito Fiscal 675
10.4.6.3 Reclamações e Recursos Administrativos 676
10.4.6.3.1 Defesas Administrativas e Prescrição Intercorrente 678
10.4.6.3.2 Competência para Regulamentação de Normas sobre o PAF 682
10.4.6.3.3 Constitucionalidade do Depósito Recursal e do Arrolamento Administrativo 682
10.4.6.4 Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança 685
10.4.6.4.1 A Discussão quanto ao Mandado de Segurança contra a Lei em Tese 687
10.4.6.4.2 Efeitos da Cassação da Liminar 691
10.4.6.5 Concessão de Tutela Antecipada em Outras Ações Judiciais 692
10.4.6.5.1 A Exigência de Caução ou Depósito para a Concessão da Tutela Antecipada 692
10.4.6.5.2 Oferecimento de Bens em Caução e Suspensão da Exigibilidade 696
10.4.6.5.3 Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada antes da Contestação 697

10.4.6.5.4 Comentários ao Art. 170-A do CTN 698
10.4.6.6 Parcelamento 699
10.4.6.6.1 Parcelamento e Denúncia Espontânea 703
10.5 Modalidades de Extinção do Crédito Tributário 706
10.5.1 Pagamento 708
10.5.2 Compensação 715
10.5.3 Transação 721
10.5.4 Remissão 722
10.5.5 Prescrição e Decadência 725
A. Decadência 727
B. Prescrição 733
I – Pelo despacho do juiz que ordenar a citação 734
II – Pelo protesto judicial 735
III – Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor 735
IV – Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do débito pelo devedor 735
10.5.6 Conversão do Depósito em Renda 737
10.5.7 Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento 739
10.5.8 Consignação em Pagamento 740
10.5.9 Decisão Administrativa Irreformável 745
10.5.10 Decisão Judicial Passada em Julgado 747
10.5.11 Dação em Pagamento de Bens Imóveis 748
10.6 Modalidades de Exclusão do Crédito Tributário 750
10.6.1 Anistia 751
10.6.1.1 Não Cabimento da Anistia 752
10.6.1.2 Classificação 752
10.6.1.3 Anistia e Direito Adquirido 753
10.6.1.4 Distinção entre Remissão e Anistia 754
10.6.2 Isenção 755
10.6.2.1 Natureza Jurídica 755
10.6.2.2 Previsão em Lei 756
10.6.2.3 Tributos que Alcança 756
10.6.2.4 Classificação das Isenções 757
10.6.2.5 Revogação da Isenção 760

STJ00105958

10.6.2.6 Isenção e Obrigações Acessórias 762
10.6.2.7 Ministério Público e Legitimação para Questionar Benefícios Fiscais 763

Capítulo 11 Garantias e Privilégios do Crédito Tributário 765

11.1 Breves Considerações 765
11.2 Garantias × Privilégios 766
11.3 Universalidade dos Bens e Impenhorabilidade 767
11.3.1 Penhora 769
11.3.2 Bem de Família e a Regra da Impenhorabilidade 770
11.3.3 A Ordem da Penhora Estabelecida no Art. 11 da LEF 772
11.3.4 Da Importância da Intimação da Penhora 773
11.4 Presunção de Fraude 774
11.4.1 Momento de Caracterização da Presunção de Fraude 774
11.4.2 Presunção Relativa × Presunção Absoluta 775
11.4.3 Fraude contra Credores × Fraude à Execução 775
11.5 Penhora *On-Line* 776
11.6 Análise do Art. 186 do CTN 778
11.6.1 Multas 780
11.6.2 Cessão de Créditos 781
11.7 Concurso de Preferências 781
11.7.1 Constitucionalidade do Art. 187 do CTN 782
11.7.2 Execução Fiscal e Falência 784
11.7.3 Interesse da Fazenda Pública para Requerer a Falência do Devedor 785
11.8 Crédito Extraconcursal 786
11.9 Preferências dos arts. 189 e 190 do CTN 787
11.9.1 Art. 189 do CTN 787
11.9.2 Art. 190 do CTN 788
11.10 Exigência da Prova de Quitação de Tributos 789
11.10.1 Para Extinção das Obrigações do Falido 789
11.10.2 Para a Concessão da Recuperação Judicial 789
11.10.3 Para Julgamento de Partilha ou Adjudicação 791
11.11 Exigência de Certidão e Contratação com o Poder Público 792

STJ00105958

Capítulo 12 Administração Tributária: Fiscalização, Dívida Ativa e Certidão 795

12.1 Conceito 795
12.2 A Administração e o Princípio da Legalidade 796
12.3 Fiscalização 798
12.3.1 Sigilo Comercial 799
12.3.2 Dever de Informar e Sigilo Profissional 802
12.3.3 Sigilo Fiscal 803
12.3.4 Sigilo Bancário 806
12.3.4.1 Histórico do Sigilo Bancário no Brasil 806
12.3.4.2 O Sigilo Bancário e o Inventário Extrajudicial 812
12.3.5 Auxílio da Força Policial 813
12.3.6 Responsabilidade Pessoal do Agente Público 813
12.4 Dívida Ativa 814
12.4.1 Conceito 814
12.4.2 Créditos Tributários e não Tributários 814
12.4.3 A Inscrição em Dívida Ativa 816
12.4.3.1 Definição 816
12.4.3.2 Termo de Inscrição 817
12.4.3.3 Análise da Expressão "Regular Inscrição" 820
12.4.3.4 Presunção Relativa 821
12.4.4 Protesto da Certidão de Dívida Ativa 822
12.5 Suspensão da Prescrição 825
12.6 Certidão de Débito Fiscal 826
12.6.1 Efeitos da Certidão 827
12.6.2 Dispensa da Certidão 828
12.6.3 Certidão Expedida com Dolo ou Fraude 829
12.7 Substituição da CDA 829

Referências Bibliográficas 833